



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ  
GABINETE DO PREFEITO**

Republicação por haver inconsistências.

**LEI Nº 255, DE 05 DE JULHO DE 2018.**

**Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019 e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIATÃ**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e promulgo a seguinte lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas, em conformidade com disposto na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2019, compreendendo:

- I** - as Metas e os Riscos Fiscais da Administração Pública Municipal;
- II** - as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2019;
- III** - diretrizes e disposições específicas, relativas à elaboração e execução da lei orçamentária anual do Município;
- IV** - disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- V** - disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI** - disposições relativas à política e despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII** - disposições gerais.

**Parágrafo único.** Esta Lei compreenderá, também, excepcionalmente, a definição da estrutura, organização, elaboração, alterações e execução do orçamento municipal.

**Art. 2º.** Para efeito desta Lei são adotados os seguintes conceitos e definições:

- I** - Entendem-se como Despesas Fixas Obrigatórias os seguintes gastos:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- a) as despesas com o Serviço da Dívida Municipal;
- b) os gastos relativos ao pagamento da folha normal de Pessoal e seus Encargos Sociais;
- c) as despesas necessárias ao cumprimento de obrigações constitucionais, bem como de obrigações estabelecidas em Leis Orgânicas Municipais;

**II** - Constituem Outras Despesas Fixas aquelas decorrentes de obrigações Contratuais ou Convênios, incluindo Contrapartidas, firmados pela Administração Municipal, bem como aquelas relativas à conservação do patrimônio público;

**III** - São despesas de conservação do patrimônio público aquelas relativas a conservação dos equipamentos públicos, sobretudo aqueles destinados a prestação de serviços à coletividade local.

**CAPÍTULO II**  
**DAS METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 3º.** As metas fiscais para o exercício de 2019 são as constantes do Anexo I da presente Lei.

**Parágrafo único** - As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto da Lei Orçamentária de 2019, se verificado, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos de 2018, além de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

**Art. 4º.** São definidos os Riscos Fiscais da Administração Municipal constantes do Anexo II desta Lei.

**§ 1º.** A lei orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida estimada, destinada ao atendimento de passivos contingentes e riscos fiscais.

**§ 2º.** Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 03 de outubro de 2019, ou seja, 90 (noventa) dias antes do encerramento do exercício, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tenham se tornado insuficiente.

**Art. 5º.** A elaboração e a aprovação do Projeto da Lei Orçamentária de 2019, e a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social integrantes da respectiva Lei serão orientadas para:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**I** - atingir as metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidas no Anexo I desta Lei, conforme previsto nos §§ 1º e 2º, do art. 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00;

**II** - evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, compreendendo uma ação planejada e transparente, mediante o acesso público às informações relativas ao orçamento anual, inclusive por meios eletrônicos e através da realização de audiências ou consultas públicas;

**III** - aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos disponíveis e elevar a eficácia dos programas por eles financiados;

**IV** - garantir o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas.

**CAPÍTULO III**  
**DAS PRIORIDADES E METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019**

**Art. 6º.** Constituem prioridades da Administração Pública Municipal:

**I** - as Despesas Fixas Obrigatórias;

**II** - as Outras Despesas Fixas;

**III** - Outras Ações Prioritárias.

**§ 1º.** As prioridades definidas neste artigo poderão ser revistas por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, a definição das transferências constitucionais constantes das propostas orçamentárias da União e do Estado e, principalmente, a revisão do Plano Plurianual para o período 2018/2021.

**§ 2º.** Com relação às prioridades estabelecidas neste artigo, observar-se-á, ainda, o seguinte:

**I** - terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2019, e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limitação à programação da despesa;

**II** - em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão ressaltar, sempre que possível, as ações que constituam metas e prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

**§ 3º.** O Poder Executivo justificará, na Mensagem que encaminhar a Proposta Orçamentária, a eventual impossibilidade técnica ou legal de execução de despesas definidas no Anexo de Metas e Prioridades.



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ  
GABINETE DO PREFEITO**

**CAPÍTULO IV  
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO**

**SEÇÃO I  
DAS DIRETRIZES BÁSICAS**

**Art. 7º.** As prioridades definidas no artigo anterior buscarão atingir os seguintes objetivos estratégicos:

- I** - desenvolvimento municipal integrado;
- II** - melhoria da qualidade de vida;
- III** - promoção da cidadania e da integração social;
- IV** - desenvolvimento da gestão pública gerencial;
- V** - ação legislativa.

**Art. 8º.** A elaboração e execução do orçamento para o exercício de 2019 deverão nortear-se pelas seguintes diretrizes básicas:

- I** - equilíbrio das contas públicas municipais;
- II** - transparência na definição e na gestão dos orçamentos municipais;
- III** - respeito ao princípio orçamentário da programação;
- IV** - austeridade na utilização e otimização dos recursos públicos;
- V** - obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal.

**Subseção I  
Do Equilíbrio das Contas Públicas Municipais**

**Art. 9º.** Para obtenção do equilíbrio das contas públicas municipais, exigido pela Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas, dentre outras, as medidas e os procedimentos indicados nesta Subseção.

**Art. 10.** As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerando os efeitos das alterações da legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

**Art. 11.** As estimativas das despesas, além dos aspectos considerados no artigo anterior, deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação, aplicável, considerando o seu comportamento em anos anteriores e os efeitos decorrentes das decisões judiciais.

**Art. 12.** Para fins de controle de custos dos produtos realizados e de avaliação dos resultados dos programas implementados deverão ser aprimorados os processos de contabilização de custos diretos e indiretos dos produtos e desenvolvidos métodos e sistemas de informação que viabilizem a aferição dos resultados pretendidos.

**Art. 13.** Nenhuma despesa poderá ser criada ou ampliada sem a necessária e objetiva indicação de recursos para a sua execução.



# ESTADO DA BAHIA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ

### GABINETE DO PREFEITO

**Art. 14.** A geração e o processamento da despesa pública obedecerão aos seguintes requisitos:

- a) adequação orçamentária;
- b) obediência ao Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;
- c) imputação a sua correta classificação orçamentária;

**Parágrafo único.** Para efeito desta Lei compreende-se como:

- a) adequação orçamentária, a existência de previsão, na Lei Orçamentária, de dotação adequada, em montante suficiente, para acorrer à despesa;
- b) obediência ao Cronograma de Desembolso, a verificação e indicação de existência de saldo financeiro suficiente no Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, aprovado por decreto do prefeito municipal.
- c) imputação a correta classificação orçamentária, com indicação adequada da despesa em termos de ação própria (projeto, atividade) e sua necessária apropriação quanto à função, subfunção, programa, grupo, modalidade e elemento de despesa e fonte de recurso.

#### **Subseção II**

#### **Da Transparência na Definição e na Gestão dos Orçamentos Municipais**

**Art. 15.** A transparência na definição e na gestão dos orçamentos municipais, também exigida pela Lei Complementar nº 101/2000, será buscada mediante a adoção dos procedimentos indicados na própria Lei Complementar nº 101, sobretudo aqueles relacionados com o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão da Lei Orçamentária.

#### **Subseção III**

#### **Do Respeito ao Princípio Orçamentário da Programação.**

**Art. 16.** A Lei Orçamentária Anual guardará estrita compatibilidade com o Plano Plurianual 2018/2021, sendo vedada a apropriação de recursos a ações (projetos e atividades) não incluídos nele ou em suas alterações e revisões.

#### **Subseção IV**

#### **Da Austeridade na Utilização e Otimização dos Recursos Públicos**

**Art. 17.** A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão.

**Art. 18.** Os projetos e atividades de prestação de serviços básicos em execução prevalecerão sobre quaisquer outras espécies de ação.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 19.** Serão reduzidas ao nível do estritamente indispensável às dotações para a aquisição de mobiliário e equipamentos destinados as atividades-meio da Administração Pública Municipal.

**Art. 20.** As despesas de custeio administrativo e operacional, excetuando-se pessoal e encargos, não terão aumento superior à variação equivalente ao índice de atualização de preços aplicável, salvo quando decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados a comunidade ou novas atribuições definidas no exercício de 2018 ou no decorrer de 2019.

**Art. 21.** Somente serão incluídas na Lei Orçamentária, e em seus créditos adicionais dotações a título de subvenções sociais, contribuições ou auxílio, se destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos que prestam atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou prestação serviços culturais, ficando o pagamento dessas despesas condicionado ao cumprimento de exigências legais, inclusive, e principalmente, a constante do art. 26, da Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 22.** As receitas próprias dos órgãos que integram a Administração Direta, Fundos, Autarquias e Fundações, somente poderão ser programadas para atender despesas com novos investimentos e inversões financeiras depois de terem sido atendidas, integralmente, suas necessidades relativas às Despesas Fixas Obrigatórias e Outras Despesas Fixas.

**Subseção V**

**Da Obtenção de Níveis Satisfatórios de Arrecadação Tributária Municipal**

**Art. 23.** A Administração Municipal adotará, de modo permanente, medidas que visem ao constante incremento da receita municipal, especialmente quanto a:

- a) melhoria da eficiência do aparelho fiscal do Município;
- b) combate à evasão e à sonegação fiscal;
- c) cobrança da dívida ativa municipal.

**Subseção VI**

**Outras Diretrizes, Procedimentos e Orientações**

**Art. 24.** No Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2019, as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes na época da sua elaboração.

**Art. 25.** A lei orçamentária conterà discriminada, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas ao atendimento de:

- I** - despesas com admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal;
- II** - precatórios judiciais;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Parágrafo único** - Os processos referentes a pagamentos de precatórios serão submetidos, pelo órgão ou entidade competente, à apreciação da Coordenação Jurídica do Município.

**SEÇÃO II**  
**DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO**

**Art. 26.** Para efeito do disposto na Lei Orgânica Municipal, visando garantir a autonomia orçamentária, administrativa e financeira do Poder Legislativo, ficam estipuladas as seguintes diretrizes para a elaboração de sua proposta orçamentária:

**I** - as despesas com pessoal e encargos sociais observarão o disposto nos artigos desta Lei, bem como o disposto na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000;

**II** - as despesas com custeio administrativo e operacional e as despesas com ações de expansão serão realizadas de acordo com a disponibilidade de recursos, dentro do limite constitucional estabelecido, na forma da alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 58 de 23 de setembro de 2009;

**Parágrafo único** - Na elaboração de sua proposta, a Câmara de Vereadores, obedecerá também aos princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade, e, no que couber, às Diretrizes Básicas definidas na Seção I, Capítulo IV, desta Lei.

**Art. 27.** A proposta Orçamentária da Câmara Municipal deverá ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal até o dia 30 de setembro, exclusivamente para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal, estabelecidos para tal fim.

**Parágrafo único** - Para cumprimento das disposições da Lei Orgânica Municipal e da Constituição Federal, os recursos devidos à Câmara de Vereadores deverão ser repassados àquela Casa Legislativa até o vigésimo dia de cada mês.

**SEÇÃO III**  
**DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 28.** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas às áreas de saúde, previdência e assistência social, abrangendo os recursos provenientes das entidades que, por sua natureza devam integrá-lo.

**Art. 29.** Os recursos do Orçamento da Seguridade Social compreenderão:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**I** - recursos originários dos orçamentos do Município, transferência de recursos do Estado da Bahia e da União pela execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivos a assistência e previdência social;

**II** - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento de Seguridade Social.

**Art. 30.** O Município aplicará em ações e serviços públicos de saúde os recursos mínimos previstos pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 31.** As alterações na legislação tributária municipal poderão incluir:

**I** - revisão das taxas pelo poder de polícia e prestação de serviços;

**II** - adaptação e ajustamento da legislação tributária municipal;

**III** - revisão, simplificação e modernização da legislação tributária municipal;

**IV** - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;

**V** - aperfeiçoamento no sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos;

**VI** - instituição e regulamentação de todos os tributos de competência do Município, em especial a contribuição de melhoria.

**§ 1º.** Os recursos decorrentes de eventuais alterações dentre as previstas neste artigo serão incorporados aos respectivos orçamentos mediante a abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício subsequente, se aprovadas às alterações após o encaminhamento da Proposta Orçamentária, observada a legislação aplicável, em especial o que dispõe o Título V, da Lei 4.320/64.

**§ 2º.** Na hipótese de necessidade de promover alteração na legislação tributária municipal, o Poder Executivo encaminhará o respectivo Projeto de Lei no prazo de até 90 (noventa) dias antes do encerramento do exercício financeiro.

**§ 3º.** A Câmara Municipal apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas até o encerramento do segundo período Legislativo, a fim de permitir a sua vigência no exercício subsequente, em obediência ao princípio da anterioridade.

**Art. 32.** O Poder Executivo considerará na estimativa da receita orçamentária as medidas que venham a ser adotadas para a expansão da arrecadação tributária municipal, e, na hipótese de alteração na legislação tributária, apenas as estimativas decorrentes das leis que hajam sido aprovadas até a remessa da Proposta de Orçamento Anual.

**Parágrafo único.** A mensagem que encaminhar o projeto de lei de alteração da legislação tributária discriminará e quantificará os recursos esperados em decorrência da alteração proposta.





**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ  
GABINETE DO PREFEITO**

**CAPÍTULO VI  
DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 33.** A atualização monetária do principal da dívida, para amortização de 2019, obedecerá à variação do Índice de Preço ao consumidor ampliado - IPCA, do IBGE.

**Art. 34.** As despesas com serviço da dívida do Município, exceto mobiliária, deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

**CAPÍTULO VII  
DISPOSIÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA E ÀS DESPESAS DE PESSOAL**

**Art. 35.** No exercício financeiro de 2019, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo, Executivo, Autarquias e Fundações Municipais observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar.

**Art. 36.** No exercício de 2019, observado o disposto no art. 169 da Constituição, poderão ser admitidos servidores se:

- I** - existirem cargos vagos a preencher;
- II** - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III** - for observado o limite previsto no artigo anterior.

**Art. 37.** Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações do Serviço Municipal de Recursos Humanos e Orçamento.

**Parágrafo único.** O órgão próprio do Poder Legislativo do Município assumirá, no âmbito de sua competência, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

**Art. 38.** As despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2019, com base nas despesas executadas até o mês de julho de 2018, observados, além da legislação pertinente em vigor, os limites definidos no Anexo de Metas Fiscais integrantes desta Lei.

**Parágrafo único.** A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e alterações de estrutura de cargos pelos órgãos e entidades da administração direta, autarquias, fundações, empresas ou sociedades de economia mista, só poderão ser efetivadas se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções dos respectivos gastos até o final do exercício, obedecido o limite fixado no “caput” deste artigo e as demais disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ  
GABINETE DO PREFEITO**

**CAPÍTULO VIII  
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

**Seção I  
Da Proposta Orçamentária**

**Art. 39.** A Proposta Orçamentária será encaminhada à Câmara de Vereadores no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, ou, na hipótese de omissão da Lei Orgânica, no prazo definido na Constituição Federal, e constará de:

- I - Mensagem**
- II - Projeto de Lei Orçamentária Anual**
- III - Informações Complementares**

§ 1º. A Mensagem conterá a exposição da situação econômico-financeira e socioeconômica do Município, da política econômico-financeira adotada e a justificação da receita e a despesa.

§ 2º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado com o conteúdo definido na Subseção II, da Seção II, deste Capítulo.

§ 3º. O Anexo de Informações Complementares incluirá, dentre outros, os documentos e as informações relacionadas nos artigos desta Lei.

§ 4º. Apreciado pela Câmara Municipal no prazo legalmente estabelecido será devolvido para sanção do Prefeito apenas o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

**Seção II  
Do Projeto de Lei Orçamentária Anual**

**Subseção I  
Das Classificações e Definições**

**Art. 40.** Os orçamentos municipais serão elaborados e executados com a utilização das seguintes classificações da despesa:

- I - Classificação Institucional**
- II - Classificação Funcional**
- III - Classificação por Programas**
- IV - Classificação por Natureza da Despesa**
- V - Classificação da Despesa por Fontes de Recursos**

§ 1º. A classificação institucional compreende os Poderes, Secretarias, Órgãos, Entidades e Unidades Orçamentárias e Gestoras do Município.

§ 2º. A classificação funcional apropriará o gasto público por Funções e Subfunções e obedecerá à legislação federal.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

§ 3º. A classificação por programas deverá ser atualizada em decorrência de alterações do Plano Plurianual, onde se encontra definida.

§4º. A classificação por natureza da despesa, estabelecida e atualizada em legislação federal, apropriará o gasto público por Grupos, Modalidades e Elementos da Despesa.

§ 5º. A classificação da despesa por fontes de recursos identificará as fontes dos recursos necessários e adequados para a execução das ações e programas definidos na lei orçamentária, e poderá ser atualizada por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária.

**Art. 41.** A receita municipal obedecerá às seguintes classificações:

- I. Classificação da Receita por sua Natureza, estabelecida em legislação federal.
- II. Classificação Institucional da Receita.
- III. Classificação por Fonte ou Indicador de Uso.

**Art. 42.** Para efeito de elaboração e execução orçamentária são adotadas, na forma da legislação vigente, as seguintes definições e conceitos:

- I** - Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;
- II** - Subfunção, uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- III** - Programa, um instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- IV** - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- V** - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- VI** - Unidade Orçamentária, na forma da Lei nº 4.320/64, "o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias";
- VII** - Unidade Gestora, a unidade administrativa responsável pela administração dos créditos orçamentários, entendida esta administração como a competência e atribuição para processar a despesa orçada, nos seus estágios de Empenhamento, Liquidação e Pagamento.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua execução.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º. Cada atividade e cada projeto identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam, em conformidade com a Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nº 42, de 14.04.1999, e suas alterações.

§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos e operações especiais.

**Subseção II**  
**Do Conteúdo e Forma da Lei Orçamentária**

**Art. 43.** A lei orçamentária anual obedecerá à orientação da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/64, da Lei Complementar nº 101/2000 e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias e guardará compatibilidade com o modelo adotado pela União.

**Art. 44.** A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

- I - O Orçamento Fiscal;
- II - O Orçamento da Seguridade Social.

§ 1º. Os orçamentos evidenciarão obrigatoriamente os Programas de Trabalho dos órgãos e das entidades que integram a estrutura organizacional do Município.

§ 2º. Os Programas de Trabalho, a que se refere o parágrafo anterior, demonstrarão, por estrutura funcional e programática da despesa, as aplicações agregadas em Ações (Projetos, Atividades e Operações Especiais), apropriando-se os respectivos custos a nível de Grupo de Despesa e Modalidade de Aplicação, na forma definida na legislação federal pertinente.

**Art. 45.** A lei orçamentária anual será constituída de:

- I - texto de lei;
- II - anexo relativo ao Orçamento Fiscal, discriminando sua receita e sua despesa, esta sob a forma de Programa de Trabalho dos órgãos e entidades envolvidos;
- III - anexo relativo ao Orçamento da Seguridade Social, discriminando sua receita e despesa, esta sob a forma de Programas de Trabalho dos órgãos e entidades envolvidos;

**Art. 46.** Integrarão a lei orçamentária, em anexo específico, dentre outros, os seguintes Demonstrativos:

**I. DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS:**

**I.1 Demonstrativos da Lei 4.320/64:**

- a) Programa de Trabalho Consolidado;
- b) Sumário geral da receita por fonte e da despesa por função;
- c) Demonstrativo da receita e despesa por categorias econômicas;
- d) Demonstrativo da Despesa por Funções e Vínculos;
- e) Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;



# ESTADO DA BAHIA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ

### GABINETE DO PREFEITO

#### I.2 Outros Demonstrativos Consolidados:

- a) Despesa por Órgãos;
- b) Despesa por Grupos de Despesa;
- c) Despesa por Funções;
- d) Despesa por Subfunções;
- e) Despesa por Modalidade de Aplicação;
- f) Despesa por Fontes de Recursos;

#### II. Outros Demonstrativos:

- a) Obrigações Legais e Constitucionais;
  - Câmara Municipal;
  - Gastos com Pessoal e Encargos Sociais;
  - Educação;
  - Saúde;
- b) Anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**Parágrafo único.** Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária demonstrativo por categoria de programação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

**Art. 47.** A lei orçamentária anual compreenderá todas as receitas e despesas, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

**§1º.** Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

**§2º.** Todas as receitas e despesas constarão da lei de orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

**§3º.** Os recursos provenientes de convênios, consórcios e contratos de qualquer natureza serão obrigatoriamente incluídos na lei orçamentária.

**§4º.** Os Fundos Municipais, legalmente instituídos, integrarão os Orçamentos de seus órgãos ou entidades gestoras, em Unidades Orçamentárias específicas;

**Art. 48.** Além da observância das prioridades e metas fixadas na lei de diretrizes orçamentárias, a lei orçamentária anual e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

- I - houver compatibilidade com o Plano Plurianual;
- II - tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;
- III - tiverem sido adequadamente contemplados os projetos em andamento;
- IV - houver viabilidade técnica, econômica e ambiental;
- V - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Parágrafo único.** Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, serão entendidos como:

- I - projetos em andamento aqueles que já tenham sido regularmente licitados, contratados e empenhados, neste ou em exercícios anteriores e que não tenham sido concluídos;
- II - despesas de conservação do patrimônio público aquelas relativas à conservação dos equipamentos públicos, utilizados na prestação de serviços à comunidade, como aqueles necessários ao desenvolvimento de ações relacionadas à saúde, educação, segurança, saneamento, ação social e urbanismo.

**Art. 49.** O Orçamento Fiscal conterà dotação global, sob a denominação de Reserva de Contingência, não destinada especificamente à determinação órgão, unidades orçamentárias, programa ou natureza de despesa, que será utilizada como fonte compensatória para a abertura de crédito adicionais, na forma do art. 5º, III, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 50.** O produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na receita quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo de forma que possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício.

**Art. 51.** O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

**§1º.** As autarquias constarão com a totalidade de suas receitas e despesas no orçamento fiscal, mesmo que não tenham qualquer parcela de sua despesa financiada com recursos de natureza fiscal.

**Art. 52.** O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos Poderes e órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta, vinculadas à saúde, previdência e assistência social.

**Art. 53.** Para efeito de informação ao Poder Legislativo deverá ainda constar da proposta orçamentária a relação das leis autorizativas das operações de crédito, incluídas no Projeto de Lei Orçamentária, bem como a identificação da respectiva alocação ao nível de categoria de programação;

**Art. 54.** Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de lei orçamentária anual, as emendas somente podem ser aprovadas caso:

- I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:
  - a) dotações para pessoal e seus encargos;
  - b) serviço da dívida.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**III** - respeitem e preservem as Despesas Obrigatórias e as Outras Despesas Fixas, conforme definido nesta Lei;

**IV** – sejam relacionadas:

- a) com correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de Lei.

**§ 1º.** As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

**I** - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;

**II** - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

**§ 2º.** A correção de erros ou omissões será justificada circunstanciadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de lei orçamentária.

**Art. 55.** O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica específica a votação da parte cuja alteração seja proposta.

**Art. 56.** Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do projeto de lei orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia autorização legislativa.

**§ 1º.** Por motivo de interesse público é vedada a rejeição integral do projeto de lei orçamentária.

**§ 2º.** No caso de rejeição parcial do projeto de lei orçamentária, a lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

**Seção III**  
**Do Detalhamento da Despesa**

**Art. 57.** Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º.** Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, por elementos e fontes, os grupos de despesa aprovados para cada categoria de programação.



# ESTADO DA BAHIA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAÇÃ

### GABINETE DO PREFEITO

§ 2º. Os QDDs serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 3º. Os QDDs podem ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

§ 4º. Inclui-se entre as alterações do QDD de trata o parágrafo anterior a alocação de crédito a elemento ou fonte de recurso não contemplados no QDD originalmente aprovado, respeitados os valores dos Grupos de Despesa aprovados na Lei Orçamentária Anual e as conceituações estabelecidas na legislação pertinente.

§ 5º. O Prefeito do Município poderá delegar, expressamente, competência ao Secretário de Administração e Finanças para promover, mediante Portaria, alterações dos QDDs no âmbito do Poder Executivo.

#### Seção IV

##### Das Retificações ou Adequações Orçamentárias

**Art. 58.** São retificações orçamentárias as modificações introduzidas ao longo do exercício financeiro em decorrência do Princípio da Flexibilidade da Execução Orçamentária, objetivando ajustar e adequar os custos das Categorias Programáticas (Projetos, Atividades e Operações Especiais), respeitadas as Prioridades e Metas estabelecidas na conformidade do Capítulo III desta Lei.

**Art. 59.** Constituem instrumentos de retificações orçamentárias:

- I. As Alterações de Quadros de Detalhamento de Despesa - QDDs;
- II. Os Créditos Adicionais;
- III. Os Remanejamentos, Transferências ou Transposições de Dotações.

**Art. 60.** Os Quadros de Detalhamento de Despesa - QDDs obedecerão ao disposto na Seção III deste Capítulo.

**Art. 61.** Respeitado o disposto na Constituição Federal e na Lei nº 4.320, de 12 de março de 1964, os Créditos Adicionais obedecerão adicionalmente ao seguinte:

- a) quando aberto com recursos de excesso de arrecadação oriundos de transferências ou recursos adicionais não incluídos na Estimativa da Receita, além de só poderem ser utilizados para a finalidade específica que fundamentar a sua abertura de outros créditos adicionais;
- b) os saldos dos créditos decorrentes de eventual frustração da receita estimada conforme previsto nas alíneas "a" deste artigo deverão ser cancelados, ao final do exercício financeiro por Decreto do Poder Executivo;

**Art. 62.** Os Créditos Especiais serão abertos exclusivamente mediante autorização legal específica.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 63.** Ressalvada conceituação legal superveniente, os Remanejamentos, Transferências ou Transposições de Dotações somente poderão ser utilizados mediante autorização legal específica.

**Art. 64.** A apropriação da despesa por sua Modalidade poderá ser alterada, durante a execução orçamentária para adequá-la à conceituação estabelecida na legislação federal pertinente.

**Art. 65.** A necessidade de Retificação Orçamentária deve ser examinada e atendida, sempre que possível, na seguinte ordem:

- a) Alteração de QDD;
- b) Suplementação dentro da mesma Ação: de um Grupo de Despesa para Outro;
- c) Suplementação dentro do mesmo Programa de Trabalho: de uma Ação para Outra, com o cuidado de não inviabilizar a Ação a ser parcialmente reduzida;
- d) Suplementação de um Programa de Trabalho para Outro, com o cuidado de não inviabilizar a Ação a ser parcialmente reduzida.

**CAPÍTULO IX**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 66.** Alterações necessárias para a adequação do disposto nesta Lei poderão ser introduzidas, mediante proposta de iniciativa do Poder Executivo, até a data de remessa do Projeto de Lei Orçamentária para exame pela Câmara Municipal.

**Art. 67.** A meta de superávit primário a que se refere o Capítulo II desta Lei pode ser reduzida em face da realização dos investimentos prioritários de que trata o Capítulo III desta Lei.

**Art. 68.** No caso de haver necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, o procedimento será adotado de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder, preservando-se, necessariamente, as Despesas Fixas Obrigatórias e as Outras Despesas Fixas, definidas como prioritárias nesta Lei sendo adotadas as medidas estabelecidas no art. 9º e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

**Art. 69.** Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse os limites para obras e serviços estabelecidos no art. 23 da lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ  
GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 70.** Na hipótese de o Projeto de Lei Orçamentária não ser aprovado e promulgado até 31 de dezembro deste exercício, ficam os Poderes Executivo e Legislativo, até a promulgação da respectiva Lei, autorizados a, exclusivamente:

- a)** executar as despesas de custeio administrativo até o limite de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária;
- b)** utilizar-se dos recursos necessários para saldar parcelas das dívidas vencidas;
- c)** efetuar despesas com pessoal, conforme os valores previstos na proposta orçamentária;
- d)** realizar despesas relativas a parcelas ou contrapartidas de convênios, conforme estabelecido em contrato para o exercício;
- e)** realizar despesas de investimentos resultantes de contratos firmados nos exercícios anteriores.

**Art. 71.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito do Município de Piatã, em 05 de julho 2018.**

**Edwilson Oliveira Marques  
Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
**2019**

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$mil

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais		Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0	Limitação de empenho	0
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções		Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesa discricionárias e da Reserva de Contingência	
Outros Riscos Fiscais		Limitação de empenho, abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesa discricionárias e da Reserva de Contingência	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>		<b>0</b>

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ

\_\_\_\_\_  
**Edwilson Oliveira Marques**  
**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
**2019**

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	2019				2020				2021			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x100	% RCL (a/RCL) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x100	% RCL (b/RCL) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x100	% RCL (c/RCL) x100
<b>Receita Total</b>	44.800	42.953	0,016%	102,622%	45.397	43.568	0,015%	102,049%	46.305	44.439	0,0152%	102,049%
<b>Receitas Primárias (I)</b>	44.629	42.789	0,016%	102,231%	45.224	43.401	0,015%	101,659%	46.128	44.269	0,0151%	101,659%
<b>Despesas Total</b>	44.800	42.953	0,016%	102,622%	45.397	43.568	0,015%	102,049%	46.305	44.439	0,0152%	102,049%
<b>Despesas Primárias (II)</b>	44.160	42.339	0,015%	101,156%	44.745	42.942	0,015%	100,584%	45.640	43.801	0,0149%	100,584%
<b>Resultado Primário (III) = (I - II)</b>	469	450	0,000%	1,075%	478	459	0,000%	1,075%	488	468	0,000%	1,075%
<b>Resultado Nominal</b>	(263)	(110)	0,000%	-0,603%	(154)	(124)	0,000%	-0,346%	(145)	(139)	0,0%	-0,3%
<b>Dívida Pública Consolidada</b>	27.518	26.384	0,0%	63,036%	27.397	26.292	0,009%	61,585%	27.286	26.187	0,0089%	60,1350%
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	25.831	24.766	0,0%	59,170%	25.677	24.642	0,009%	57,719%	25.532	24.503	0,0084%	56,2688%

FONTE:

Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexo II Natureza da Despesa - Consolidação, Anexo XIV Balanço Patrimonial, dos exercícios 2016 e 2017  
 LOA 2018, IPCA e PIB - Estado.

As metas fiscais previstas para o período de 2019 a 2021 demonstradas no quadro acima tiveram seus cálculos desenvolvidos conforme a metodologia descrita no anexo de Metodologia e Memória de cálculo LDO.

\_\_\_\_\_  
**Edwilson Oliveira Marques**  
**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2019**

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

R\$ MIL

<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor	%
							(c) = (b-a)	(c/a)*100
<b>Receita Total</b>	38.400	0,015%	100,867%	39.847	0,015%	104,855%	1.447	3,768%
<b>Receitas Primárias (I)</b>	38.091	0,015%	100,054%	39.657	0,015%	104,357%	1.567	4,114%
<b>Despesas Total</b>	38.400	0,015%	100,867%	41.154	0,016%	108,295%	2.754	7,172%
<b>Despesas Primárias (II)</b>	38.339	0,015%	100,706%	40.407	0,015%	106,330%	2.068	5,395%
<b>Resultado Primário (III) = (I - II)</b>	(248)	0,000%	-0,652%	(750)	0,000%	-1,973%	(501)	201,939%
<b>Resultado Nominal</b>	106	0,000%	0,278%	5.061	0,002%	13,318%	4.955	4674,558%
<b>Dívida Pública Consolidada</b>	13.427	0,005%	35,269%	25.535	0,010%	67,193%	12.108	90,174%
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	13.427	0,005%	35,269%	24.045	0,009%	63,273%	10.618	79,078%

FONTE:

Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexo II Natureza da Despesa - Consolidação, Anexo XIV Balanço Patrimonial do exercício 2017  
LDO 2017 e PIB - Estado

\_\_\_\_\_  
**Edwilson Oliveira Marques**  
**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2019**

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
<b>Receita Total</b>	42.352	43.253	2,13%	44.670	3,28%	44.800	0,29%	45.397	1,33%	46.305	2,00%
<b>Receitas Primárias (I)</b>	42.035	42.905	2,07%	44.420	3,53%	44.629	0,47%	45.224	1,33%	46.128	2,00%
<b>Despesas Total</b>	42.352	43.253	2,13%	44.670	3,28%	44.800	0,29%	45.397	1,33%	46.305	2,00%
<b>Despesas Primárias (II)</b>	41.919	43.184	3,02%	43.946	1,76%	44.160	0,49%	44.745	1,33%	45.640	2,00%
<b>Resultado Primário (III) = (I - II)</b>	116	(280)	-341,66%	474	-269,64%	469	-1,05%	478	1,90%	488	2,00%
<b>Resultado Nominal</b>	240	119	-50,23%	10.970	9087,77%	(263)	-102,40%	(154)	-41,56%	(145)	-6,08%
<b>Dívida Pública Consolidada</b>	16.121	15.124	-6,18%	27.758	83,54%	27.518	-0,86%	27.397	-0,44%	27.286	-0,40%
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	15.744	15.124	-3,94%	26.094	72,54%	25.831	-1,01%	25.677	-0,60%	25.532	-0,56%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTE										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
<b>Receita Total</b>	37.600	38.400	2,13%	44.670	16,33%	42.953	-3,84%	43.568	1,43%	44.439	2,00%
<b>Receitas Primárias (I)</b>	37.318	38.091	2,07%	44.420	16,62%	42.789	-3,67%	43.401	1,43%	44.269	2,00%
<b>Despesas Total</b>	37.600	38.400	2,13%	44.670	16,33%	42.953	-3,84%	43.568	1,43%	44.439	2,00%
<b>Despesas Primárias (II)</b>	37.216	38.339	3,02%	43.946	14,62%	42.339	-3,65%	42.942	1,42%	43.801	2,00%
<b>Resultado Primário (I - II)</b>	103	(248)	-341,77%	474	-291,02%	450	-5,13%	459	2,00%	468	2,00%
<b>Resultado Nominal</b>	213	106	-50,23%	11.448	10700,20%	(110)	-100,96%	(124)	13,12%	(139)	12,00%
<b>Dívida Pública Consolidada</b>	14.312	13.427	-6,18%	26.462	97,08%	26.384	-0,29%	26.292	-0,35%	26.187	-0,40%
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	13.977	13.427	-3,94%	24.875	85,26%	24.766	-0,44%	24.642	-0,50%	24.503	-0,56%

FONTE:

Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexo II Natureza da Despesa - Consolidação, Anexos 14 - Balanço Patrimonial, dos exercícios 2015, 2016 e 2017  
 LOA 2018, IPCA e PIB-Estado

Os valores para o período de 2019 a 2021 demonstradas no quadro acima tiveram seus cálculos desenvolvidos conforme a metodologia descrita no anexo de Metodologia e Memória de cálculo LDO.

\_\_\_\_\_  
**Edwilson Oliveira Marques**  
 Prefeito Municipal

**Metodologia de Cálculo dos Valores Correntes**

INDICES DE IPCA					
2016	2017	2018	2019	2020	2021
6,29	2,95	4,90	4,30	4,20	4,20

\*Histórico de variação (%anual) do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA - divulgado pelo IBGE.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2019**

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

R\$ MIL

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
<b>Patrimônio/Capital</b>	-	0,00%	-	0,00%		0,00%
<b>Reservas</b>	-	0,00%	-	0,00%		0,00%
<b>Resultado Acumulado</b>	469	100,00%	(2.010)	100,00%	(3.792)	100,00%
<b>TOTAL</b>	469	100,00%	(2.010)	100,00%	(3.792)	100,00%

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>						
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
<b>Patrimônio</b>		0,00%		0,00%		0,00%
<b>Reservas</b>		0,00%		0,00%		0,00%
<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>		0,00%		0,00%		0,00%
<b>TOTAL</b>	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%

FONTE:

Anexo XIV - Balanço Patrimonial 2015, 2016 e 2017.

---

**Edwilson Oliveira Marques**  
**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**2019**

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)
<b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>	<b>120.550</b>	-	<b>18.185</b>
Alienação de Bens Móveis	120.550	-	18.185
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-

<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDENCIÁRIOS</b>	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-

<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2017 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2016 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2015 (i) = (Ic - II f)
<b>VALOR (III)</b>	<b>138.735</b>	<b>18.185</b>	<b>18.185</b>

**FONTE:**

Anexo 2 - Resumo Segundo Categoria Econômica, no Balanço 2015, 2016 e 2017.

\_\_\_\_\_  
**Edwilson Oliveira Marques**  
**Prefeito Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**2019**

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ MIL

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO  (d) = (d Exercício Anterior) + ( c )
			-	
			-	
			-	
			-	
			-	
			-	
			-	
			-	
			-	

Fonte:

RREO Anexo 10 Demonstrativo de Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores do último bimestre de 2017 / RGF Anexo 5 Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa.

**NOTA EXPLICATIVA:**

O Município não possui Previdência Própria.

---

**Edwilson Oliveira Marques**  
**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
 2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ MIL

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
 SERVIDORES  
 PLANO PREVIDENCIÁRIO**

<b>RECEITAS PREVIDENCIARIAS - RPPS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS - (III) = (I + II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO (IV)</b>	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
<b>PREVIDÊNCIA (V)</b>	-	-	-
Benefícios - Civil	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
--	----------	----------	----------

<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
VALOR	-	-	-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
 2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ MIL

<b>RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
VALOR	-	-	-

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	-	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-

<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outro Bens e Direitos	-	-	-

<b>PLANO FINANCEIRO</b>			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (VIII)</b>	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IX)</b>	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)</b>	-	-	-

<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO (XI)</b>	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
<b>PREVIDÊNCIA (XII)</b>	-	-	-
Benefícios - Civil	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Benefícios - Militar	-	-	-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ MIL

Reformas	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
--	----------	----------	----------

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-

FONTE: Anexo 4 do RREO (Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS) do último bimestre dos exercícios 2015, 2016 e

**NOTA EXPLICATIVA:**

O Município não possui Previdência Própria.

---

**Edwilson Oliveira Marques**  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**2019**

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ MIL

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
<b>TOTAL</b>			-	-	-	

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ

---

**Edwilson Oliveira Marques**  
**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**2019**

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ MIL

<u>EVENTOS</u>	VALOR PREVISTO PARA 2019
Aumento Permanente da Receita	(89)
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	354
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(443)
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I + II)	(443)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = ( III - IV)	<b>(443)</b>

**FONTE:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ

---

**Edwilson Oliveira Marques**  
**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**  
**PREVISÃO DA RECEITA**  
**EXERCÍCIO 2019**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	48.506.800,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.701.000,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos	1.662.000,00
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	676.500,00
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	676.500,00
1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	329.600,00
1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	329.600,00
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	346.900,00
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	346.900,00
1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF/Municípios	977.600,00
1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	89.000,00
1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	21.700,00
1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	21.700,00
1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	67.300,00
1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	67.300,00
1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	888.600,00
1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	888.600,00
1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	888.600,00
1.1.1.9.00.0.0.00.00.00	Outros Impostos	7.900,00
1.1.1.9.01.0.0.00.00.00	Outros Impostos	7.900,00
1.1.1.9.01.1.0.00.00.00	Outros Impostos	7.900,00
1.1.1.9.01.1.3.00.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa	7.900,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	39.000,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	35.400,00
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	35.400,00
1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	35.400,00
1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	35.400,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	3.600,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**  
**PREVISÃO DA RECEITA**  
**EXERCÍCIO 2019**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	3.600,00
1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	3.600,00
1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	3.600,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	170.600,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	170.600,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	170.600,00
1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	170.600,00
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	170.600,00
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Principal	155.600,00
1.3.2.1.00.1.1.01.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Royalties - Principal	5.500,00
1.3.2.1.00.1.1.01.02.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	52.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.02.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB 60% - Principal	52.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.03.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo de Saúde - Principal 15%	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.04.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - Principal 25%	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.05.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS - Principal	50.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.05.01	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências do SUS - Principal	50.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.06.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Principal	1.300,00
1.3.2.1.00.1.1.01.07.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	5.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.08.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal	28.700,00
1.3.2.1.00.1.1.01.08.03	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Salário Educação - QSE - Principal	3.700,00
1.3.2.1.00.1.1.01.08.99	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Outras transferências FNDE - Principal	25.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.12.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS - Principal	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.13.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FIES - Principal	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.17.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Transferências de Convênios da União - Outros	9.100,00
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Principal	15.000,00
1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Não Vinculados - Recursos Próprios - Principal	15.000,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	819.100,00
1.6.3.0.00.0.0.00.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde	819.100,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**  
**PREVISÃO DA RECEITA**  
**EXERCÍCIO 2019**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
1.6.3.0.01.0.0.00.00.00	Serviços de Atendimento à Saúde	819.100,00
1.6.3.0.01.1.0.00.00.00	Serviços de Atendimento à Saúde	819.100,00
1.6.3.0.01.1.1.00.00.00	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	819.100,00
1.6.3.0.01.1.1.01.00.00	Serviços Hospitalares - AIH - SUS - Principal	517.500,00
1.6.3.0.01.1.1.02.00.00	Serviços Hospitalares - SIA - SUS - Principal	301.600,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	45.806.100,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	25.047.200,00
1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	25.047.200,00
1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	19.609.000,00
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	17.970.600,00
1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	17.970.600,00
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	798.700,00
1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	798.700,00
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	824.100,00
1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	824.100,00
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	15.600,00
1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	15.600,00
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	221.800,00
1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	13.000,00
1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	13.000,00
1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP	208.800,00
1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP - Principal	208.800,00
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS Repasses Fundo a Fundo	3.217.100,00
1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS Repasses Fundo a Fundo	3.217.100,00
1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS Repasses Fundo a Fundo - Principal	3.217.100,00
1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Bloco de Atenção Básica - Principal	2.576.500,00
1.7.1.8.03.1.1.01.01.00	Piso Da Atenção Básica Fixo - PAB Fixo - Principal	587.600,00
1.7.1.8.03.1.1.01.02.00	Piso de Atenção Básica Variável - PAB Variável - Principal	1.391.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**  
**PREVISÃO DA RECEITA**  
**EXERCÍCIO 2019**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
1.7.1.8.03.1.1.01.04.00	Agente Comunitário de Saúde - ACS - Principal	597.900,00
<b>1.7.1.8.03.1.1.02.00.00</b>	<b>Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Principal</b>	<b>388.100,00</b>
1.7.1.8.03.1.1.02.01.00	Atenção à Saúde da População para Procedimentos no MAC - Principal	388.100,00
<b>1.7.1.8.03.1.1.03.00.00</b>	<b>Bloco de Vigilância em Saúde - Principal</b>	<b>131.400,00</b>
1.7.1.8.03.1.1.03.01.00	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Principal	116.800,00
1.7.1.8.03.1.1.03.04.00	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária - Principal	14.600,00
<b>1.7.1.8.03.1.1.04.00.00</b>	<b>Bloco de Assistência Farmacêutica - Principal</b>	<b>121.100,00</b>
1.7.1.8.03.1.1.04.01.00	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - Principal	121.100,00
<b>1.7.1.8.04.0.0.00.00.00</b>	<b>Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS</b>	<b>523.700,00</b>
<b>1.7.1.8.04.1.0.00.00.00</b>	<b>Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS</b>	<b>523.700,00</b>
<b>1.7.1.8.04.1.1.00.00.00</b>	<b>Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS - Principal</b>	<b>523.700,00</b>
<b>1.7.1.8.04.1.1.01.00.00</b>	<b>Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - Principal</b>	<b>133.400,00</b>
1.7.1.8.04.1.1.01.01.00	Índice de Gestão Descentralizada - Programa Bolsa Família - Principal	133.400,00
<b>1.7.1.8.04.1.1.02.00.00</b>	<b>Bloco da Gestão do SUAS - Principal</b>	<b>49.600,00</b>
1.7.1.8.04.1.1.02.01.00	IGDSUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - Principal	49.600,00
<b>1.7.1.8.04.1.1.03.00.00</b>	<b>Bloco da Proteção Social Básica - Principal</b>	<b>269.400,00</b>
1.7.1.8.04.1.1.03.01.00	Piso Básico Fixo - PBF - Principal	82.300,00
1.7.1.8.04.1.1.03.02.00	PBVA-SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Principal	125.400,00
1.7.1.8.04.1.1.03.03.00	Piso Básico Variável (PBV) III - Equipe Volante - Principal	61.700,00
<b>1.7.1.8.04.1.1.06.00.00</b>	<b>Programas Assistenciais - Principal</b>	<b>71.300,00</b>
1.7.1.8.04.1.1.06.04.00	Programa Primeira Infância no SUAS - Principal	71.300,00
<b>1.7.1.8.05.0.0.00.00.00</b>	<b>Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE</b>	<b>1.441.100,00</b>
<b>1.7.1.8.05.1.0.00.00.00</b>	<b>Transferências do Salário-Educação</b>	<b>591.900,00</b>
1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	591.900,00
<b>1.7.1.8.05.2.0.00.00.00</b>	<b>Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE</b>	<b>2.700,00</b>
1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE - Principal	2.700,00
<b>1.7.1.8.05.3.0.00.00.00</b>	<b>Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE</b>	<b>574.500,00</b>
<b>1.7.1.8.05.3.1.00.00.00</b>	<b>Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE - Principal</b>	<b>574.500,00</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**  
**PREVISÃO DA RECEITA**  
**EXERCÍCIO 2019**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pré Escola - Principal	63.700,00
1.7.1.8.05.3.1.02.00.00	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - Creche - Principal	42.800,00
1.7.1.8.05.3.1.03.00.00	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - Ensino Fundamental - Principal	397.900,00
1.7.1.8.05.3.1.05.00.00	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - EJA - Principal	8.300,00
1.7.1.8.05.3.1.07.00.00	Transferência Programa Nacional de Alimentação Escolar - Quilombola - Principal	61.800,00
<b>1.7.1.8.05.4.0.00.00.00</b>	<b>Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE</b>	<b>263.700,00</b>
<b>1.7.1.8.05.4.1.00.00.00</b>	<b>Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE - Principal</b>	<b>263.700,00</b>
1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transferência Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE Infantil - Principal	28.600,00
1.7.1.8.05.4.1.02.00.00	Transferência Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE Fundamental - Principal	210.900,00
1.7.1.8.05.4.1.03.00.00	Transferência Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE Médio - Principal	24.200,00
<b>1.7.1.8.05.9.0.00.00.00</b>	<b>Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE</b>	<b>8.300,00</b>
<b>1.7.1.8.05.9.1.00.00.00</b>	<b>Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE - Principal</b>	<b>8.300,00</b>
1.7.1.8.05.9.1.01.00.00	Programa Brasil Carinhoso - Apoio a Creches - Principal	8.300,00
<b>1.7.1.8.06.0.0.00.00.00</b>	<b>Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96</b>	<b>14.700,00</b>
<b>1.7.1.8.06.1.0.00.00.00</b>	<b>Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96</b>	<b>14.700,00</b>
1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C. Nº 87/96 - Principal	14.700,00
<b>1.7.1.8.99.0.0.00.00.00</b>	<b>Outras Transferências da União</b>	<b>19.800,00</b>
<b>1.7.1.8.99.1.0.00.00.00</b>	<b>Outras Transferências da União</b>	<b>19.800,00</b>
<b>1.7.1.8.99.1.1.00.00.00</b>	<b>Outras Transferências da União - Principal</b>	<b>19.800,00</b>
1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	CEX/FEX - Auxílio Financeiro para Fomento Exportações - Principal	15.800,00
1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	REN - Fundo de Rendimentos - Principal	4.000,00
<b>1.7.2.0.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades</b>	<b>5.058.900,00</b>
<b>1.7.2.8.00.0.0.00.00.00</b>	<b>Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios</b>	<b>5.058.900,00</b>
<b>1.7.2.8.01.0.0.00.00.00</b>	<b>Participação na Receita dos Estados</b>	<b>4.684.800,00</b>
<b>1.7.2.8.01.1.0.00.00.00</b>	<b>Cota-Parte do ICMS</b>	<b>4.183.100,00</b>
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	4.183.100,00
<b>1.7.2.8.01.2.0.00.00.00</b>	<b>Cota-Parte do IPVA</b>	<b>413.000,00</b>
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	413.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**  
**PREVISÃO DA RECEITA**  
**EXERCÍCIO 2019**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	38.400,00
1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	38.400,00
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	50.300,00
1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	50.300,00
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde Repasse Fundo a Fundo	108.000,00
1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde Repasse Fundo a Fundo	108.000,00
1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde Repasse Fundo a Fundo - Principal	108.000,00
1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	Programa de Saúde da Família - PSF - Principal	108.000,00
1.7.2.8.07.0.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	139.600,00
1.7.2.8.07.1.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	139.600,00
1.7.2.8.07.1.1.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	139.600,00
1.7.2.8.07.1.1.01.00.00	Piso Básico Fixo - PBF - Principal	13.500,00
1.7.2.8.07.1.1.02.00.00	Piso Básico Variável - PBV - Principal	16.500,00
1.7.2.8.07.1.1.05.00.00	Piso Fixo de Média Complexidade (PAEFI) - Principal	103.200,00
1.7.2.8.07.1.1.11.00.00	Benefícios Eventuais - BE - Principal	6.400,00
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	126.500,00
1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	126.500,00
1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	126.500,00
1.7.2.8.99.1.1.01.00.00	Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE - Principal	120.000,00
1.7.2.8.99.1.1.02.00.00	Fundo de Cultura da Bahia - FCBA - Principal	6.500,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	15.700.000,00
1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	15.700.000,00
1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB	15.700.000,00
1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB	11.616.000,00
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB - Principal	11.616.000,00
1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB 60% - Principal	6.969.600,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**  
**PREVISÃO DA RECEITA**  
**EXERCÍCIO 2019**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
1.7.5.8.01.1.1.02.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB 40% - Principal	4.646.400,00
1.7.5.8.01.2.0.00.00.00	<b>Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB</b>	<b>4.084.000,00</b>
1.7.5.8.01.2.1.00.00.00	<b>Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB - Principal</b>	<b>4.084.000,00</b>
1.7.5.8.01.2.1.01.00.00	<b>Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB - Principal</b>	<b>4.084.000,00</b>
1.7.5.8.01.2.1.01.01.00	Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB 60% - Principal	2.450.400,00
1.7.5.8.01.2.1.01.02.00	Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB 40% - Principal	1.633.600,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>10.000,00</b>
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	<b>Demais Receitas Correntes</b>	<b>10.000,00</b>
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	<b>Outras Receitas</b>	<b>10.000,00</b>
1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	<b>Outras Receitas - Primárias</b>	<b>10.000,00</b>
1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	10.000,00
1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	10.000,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.144.700,00</b>
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	<b>Transferências de Capital</b>	<b>1.144.700,00</b>
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	<b>Transferências da União e de suas Entidades</b>	<b>1.144.700,00</b>
2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	<b>Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios</b>	<b>1.144.700,00</b>
2.4.1.8.03.0.0.00.00.00	<b>Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS</b>	<b>134.700,00</b>
2.4.1.8.03.1.0.00.00.00	<b>Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS</b>	<b>134.700,00</b>
2.4.1.8.03.1.1.00.00.00	<b>Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS - Principal</b>	<b>134.700,00</b>
2.4.1.8.03.1.1.03.00.00	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Principal	134.700,00
2.4.1.8.05.0.0.00.00.00	<b>Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação</b>	<b>760.000,00</b>
2.4.1.8.05.1.0.00.00.00	<b>Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação</b>	<b>760.000,00</b>
2.4.1.8.05.1.1.00.00.00	<b>Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal</b>	<b>760.000,00</b>
2.4.1.8.05.1.1.01.00.00	PAC II - Programa Proinfância - Construção Creches - Principal	500.000,00
2.4.1.8.05.1.1.06.00.00	PAR - Infraestrutura Escolar - Mobil. Proinfância - Principal	60.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**  
**PREVISÃO DA RECEITA**  
**EXERCÍCIO 2019**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
2.4.1.8.05.1.1.14.00.00	PAR - Onibus Rurais Escolares - Principal	200.000,00
2.4.1.8.10.0.0.00.00.00	<b>Transferência de Convênios da União e de suas Entidades</b>	<b>250.000,00</b>
2.4.1.8.10.7.0.00.00.00	<b>Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte</b>	<b>250.000,00</b>
2.4.1.8.10.7.1.00.00.00	<b>Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal</b>	<b>250.000,00</b>
2.4.1.8.10.7.1.01.00.00	Transferências de Convênios da União Destin. a Prog. de Infraestrutura em Transporte - Pavimentação em ruas do município - Conv. Nº 828399/16 - Principal	150.000,00
2.4.1.8.10.7.1.02.00.00	Transferências de Convênios da União Destin. a Prog. de Infraestrutura em Transporte - Pavimentação em paralelepípedo em ruas do município - Conv. Nº 845994/17 - Principal	100.000,00
9.0.0.0.0.0.0.0.00.00.00	<b>DEDUÇÃO DAS RECEITAS</b>	<b>4.851.500,00</b>
9.1.0.0.0.0.0.0.00.00.00	<b>Dedução das Receitas Correntes</b>	<b>4.851.500,00</b>
9.1.7.0.0.0.0.0.00.00.00	<b>Dedução das Transferências Correntes</b>	<b>4.851.500,00</b>
9.1.7.1.0.0.0.0.00.00.00	<b>Dedução das Transferências da União e de suas Entidades</b>	<b>3.924.600,00</b>
9.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	<b>Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios</b>	<b>3.924.600,00</b>
9.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	<b>Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - Participação na Receita da União</b>	<b>3.921.700,00</b>
9.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPM - Cota Mensal	3.594.100,00
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPM - Cota Mensal - Principal	3.594.100,00
9.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro	159.700,00
9.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	159.700,00
9.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPM 1% Cota entregue no mês de julho	164.800,00
9.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - FPM 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	164.800,00
9.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ITR	3.100,00
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ITR - Principal	3.100,00
9.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS Desoneração - L.C nº 87/96	2.900,00
9.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS Desoneração - L.C nº 87/96	2.900,00
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS Desoneração - L.C nº 87/96 - Principal	2.900,00
9.1.7.2.0.0.0.0.00.00.00	<b>Dedução das Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades</b>	<b>926.900,00</b>
9.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	<b>Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios</b>	<b>926.900,00</b>
9.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	<b>Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - Participação na Receita dos Estados</b>	<b>926.900,00</b>
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS	836.600,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**  
**PREVISÃO DA RECEITA**  
**EXERCÍCIO 2019**

<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS - Principal	836.600,00
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPVA	82.600,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPVA - Principal	82.600,00
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPI - Municípios	7.700,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPI - Municípios - Principal	7.700,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>44.800.000,00</b>

---

**Edwilson Oliveira Marques**  
**Prefeito Municipal**



Estado da Bahia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAÇÃ**  
**LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2019**  
**Relatório de Metas e Prioridades**

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

<b>Programa</b>		
<b>0002 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO</b>		
<b>Ações</b>	<b>Produtos (Unid. Medida)</b>	<b>Metas Física</b>
2.004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.005 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.013 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO REALIZADA (%)	100%

<b>Programa</b>		
<b>0003 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINIS</b>		
<b>Ações</b>	<b>Produtos (Unid. Medida)</b>	<b>Metas Física</b>
2.006 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO DE ATOS PÚBLICOS	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.007 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.008 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%

<b>Programa</b>		
<b>0004 - DESENV. DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE FINANÇAS</b>		
<b>Ações</b>	<b>Produtos (Unid. Medida)</b>	<b>Metas Física</b>
2.009 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.012 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%

<b>Programa</b>		
<b>0005 - DESENV. DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>		
<b>Ações</b>	<b>Produtos (Unid. Medida)</b>	<b>Metas Física</b>
1.040 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO REALIZADA (UNID)	2
2.017 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.018 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.019 - INCENTIVO E MANUTENÇÃO AO ESPORTE, CULTURA E ATIVIDADES ARTESANAIS	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.020 - MANUTENÇÃO DA CASA DO ESTUDANTE NOS GRANDES CENTROS DO INTERIOR	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.022 - MANUTENÇÃO DAS FESTAS CULTURAIS CÍVICAS E RELIGIOSAS	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.023 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.032 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.074 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DA CULTURA E LAZER	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%





Estado da Bahia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAÇÃ**  
**LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2019**  
**Relatório de Metas e Prioridades**

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa		
0006 - ALIMENTAÇÃO E MERENDA ESCOLAR		
Ações	Produtos (Unid. Medida)	Metas Física
2.015 - PNAE - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%

Programa		
0007 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
Ações	Produtos (Unid. Medida)	Metas Física
1.002 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO REALIZADA (UNID)	3
1.003 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA ESCOLAR	QUADRAS CONSTRUIDAS (UNID)	1
1.004 - CONSTRUÇÃO DE CRECHE PRÉ-ESCOLA	CONSTRUÇÃO REALIZADA (UNID)	1
2.014 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.024 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TRANSPORTE ESCOLAR	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.026 - INCENTIVO A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, GESTORES	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%

Programa		
0008 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE SAÚDE		
Ações	Produtos (Unid. Medida)	Metas Física
1.016 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS	AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO REALIZADA (UNID)	1
2.061 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE PIAÇÃ	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.062 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DA SAÚDE	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%

Programa		
0009 - ATIVIDADES PREVENTIVAS DE SAÚDE		
Ações	Produtos (Unid. Medida)	Metas Física
1.017 - CONSTRUÇÃO DE POLOS DE ACADEMIA DE SAÚDE	CONSTRUÇÃO REALIZADA (UNID)	1
1.018 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DO PSF	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO REALIZADA (UNID)	1
2.054 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.057 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.064 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.073 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO DO SUS	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%



Estado da Bahia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2019**  
**Relatório de Metas e Prioridades**

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

Programa		
0010 - DESENV. DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ações	Produtos (Unid. Medida)	Metas Física
2.027 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.078 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%

Programa		
0011 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES		
Ações	Produtos (Unid. Medida)	Metas Física
2.028 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.029 - MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SUAS	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.031 - MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS - BE	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.036 - MANUT. DAS AÇÕES DO PROG. BOLSA FAMÍLIA E DO CADÚNICO	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.079 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.080 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.081 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO SUAS	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.082 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.083 - MANUT. DE OUTRAS AÇÕES DE PROTEÇÃO/PROMOÇÃO SOCIAL	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.084 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FIA	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%

Programa		
0012 - DESENVOLVIMENTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA		
Ações	Produtos (Unid. Medida)	Metas Física
2.040 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%

Programa		
0013 - DESENVOLVENDO A AGRICULTURA FAMILIAR E CONSCIENTE		
Ações	Produtos (Unid. Medida)	Metas Física
1.008 - APOIO AS CULTURAS: CAFÉ, MORANGO, MARACUJÁ E CANA-DE-AÇUCAR	AÇÃO REALIZADA (%)	60%
2.041 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.043 - MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%



Estado da Bahia  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2019**  
**Relatório de Metas e Prioridades**

Anexo de Metas e Prioridades (art. 165, § 2º da Constituição Federal)

<b>Programa</b>		
<b>0014 - DESENV. DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO</b>		
<b>Ações</b>	<b>Produtos (Unid. Medida)</b>	<b>Metas Física</b>
2.044 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DE MEIO AMBIENTE	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.045 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.047 - MANUTENÇÃO DA BRIGADA CONTRA INCÊNDIO	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%

<b>Programa</b>		
<b>0015 - DES. DA SEC. DE HABITAÇÃO URB. ESTRADAS E RODAGENS</b>		
<b>Ações</b>	<b>Produtos (Unid. Medida)</b>	<b>Metas Física</b>
1.041 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO	REDE DE ESGOTO AMPLIADA (UNID)	1
1.042 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO REALIZADA (UNID)	3
2.049 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E URBANISMO	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.050 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%

<b>Programa</b>		
<b>0016 - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA HABITACIONAL</b>		
<b>Ações</b>	<b>Produtos (Unid. Medida)</b>	<b>Metas Física</b>
1.009 - PAVIMENTAÇÃO E CALÇAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS	VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS E CALÇADAS (UNID)	5
1.011 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E PARQUES	CONSTRUÇÃO REALIZADA (UNID)	5
1.013 - MELHORIA HABITACIONAL	MELHORIAS REALIZADAS (UNID)	2
1.014 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO REALIZADA (UNID)	5
2.046 - MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.048 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%
2.051 - MANUTENÇÃO DOS POÇOS ARTESIANOS	SERVIÇOS MANTIDOS (%)	100%

\_\_\_\_\_  
**Edwilson Oliveira Marques**  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA DE CÁLCULO**  
**2019**

## 1. Memória e Metodologia de Cálculo da Previsão das Receitas.

Considerando que, para o planejamento governamental, o dimensionamento da disponibilidade de recursos com que se poderá contar para o desenvolvimento das ações é condição necessária para o sucesso da aplicação de recursos, a projeção das receitas é fundamental para determinar as despesas, uma vez que serão a base para a fixação dos gastos.

Buscando demonstrar a metodologia utilizada para elaboração da Previsão de Receitas para o exercício de 2019, 2020 e 2021, projeções essas que servirão como parâmetros para elaboração do Orçamento.

Conforme dispõe o Artigo 30 da Lei nº 4320/64 que intuiuí Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, a estimativa da receita terá como base a arrecadação histórica dos três últimos exercícios, pelo menos, apuradas com base nos demonstrativos de receitas.

### 1.1 Metodologia de Cálculo utilizada

A metodologia utilizada na projeção de receitas orçamentárias foi baseada no modelo incremental de projeção utilizando a série histórica de arrecadação.

Este modelo, além de facilitar a compreensão, passo a passo, dos cálculos inerentes às previsões de receita e da simplicidade de utilização, busca traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação de uma determinada receita ao longo dos anos anteriores e projeta-se os valores para os anos seguintes.

No modelo incremental de projeção pela série histórica de arrecadação obtêm-se a previsão através da arrecadação anual dos últimos 03 (três) anos anteriores (base de cálculo), corrigida por parâmetros de atualização de valores, baseada na seguinte lógica: considera como base a arrecadação do período anterior, onde se aplica a Variação de Preços (índice de correção da receita por elevação ou queda de preços), a Variação de Quantidade (índice de crescimento ou decréscimo real do setor da economia) e o Efeito Legislação, se ocorrer (variação da receita decorrente de alterações na legislação vigente).

A referida metodologia matematicamente é traduzida pela seguinte fórmula:

$$Re = (Aa) * (1+EP) * (1+EQ) * (1+EL)$$

Onde:

<b>Re: Receita Estimada</b>
<b>Aa: Arrecadação do Período Anterior</b>
<b>(1+EP): Índice de Variação de Preços</b>
<b>(1+EQ): Crescimento da Economia</b>
<b>(1+EL): Efeito Legislação</b>

### 1.2 Formação do Banco de Dados dos Últimos três exercícios

Para aplicação da metodologia é elaborado banco de dados contendo as informações históricas dos últimos três exercícios de todas as receitas arrecadadas pela entidade, devidamente classificadas por rubricas conforme demonstrativos contábeis relativos às prestações de contas dos respectivos exercícios.

Desta, forma apresentamos abaixo as informações históricas de arrecadação:

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADAÇÃO		
	2015	2016	2017
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>38.522.739,03</b>	<b>42.546.790,62</b>	<b>41.957.037,82</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria</b>	<b>1.285.811,36</b>	<b>1.419.919,61</b>	<b>1.461.048,76</b>
Impostos	1.249.808,59	1.383.911,70	1.427.808,10
Taxas	36.002,77	36.007,91	33.240,66
Contribuição de Melhoria	-	-	-
<b>Contribuições</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>295.212,85</b>	<b>210.701,30</b>	<b>189.428,06</b>
<b>Receita Industrial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Receita de Serviços</b>	<b>753.875,33</b>	<b>828.727,28</b>	<b>652.593,25</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>36.105.938,17</b>	<b>40.020.793,42</b>	<b>39.582.642,29</b>
Participação na Receita da União	15.272.787,96	17.732.413,08	17.161.019,06
Outras Transferências da União	4.335.430,80	4.724.365,80	5.316.558,78
Participação na Receita dos Estados	4.328.105,54	4.083.326,59	4.254.679,34
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-
Transferências de Instituições Públicas	12.169.613,87	13.480.687,95	12.850.385,11
Convênios - Correntes	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>81.901,32</b>	<b>66.649,01</b>	<b>71.325,46</b>
Outras Receitas Correntes	67.692,79	-	-
Demais Receitas Correntes	14.208,53	66.649,01	71.325,46
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.108.761,57</b>	<b>1.778.029,76</b>	<b>1.845.043,67</b>
Operação de crédito	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-
Alienações de Bens	18.184,75	-	120.550,00
Convênios - Capital	1.090.576,82	1.778.029,76	1.724.493,67
<b>(-) DEDUÇÃO DA RECEITA</b>	<b>3.689.943,75</b>	<b>4.052.098,73</b>	<b>3.955.191,19</b>
<b>TOTAL</b>	<b>35.941.556,85</b>	<b>40.272.721,65</b>	<b>39.846.890,30</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA DE CÁLCULO**  
**2019**

### 1.3 Índices de Correção

Os índices utilizados buscam consolidar de forma confiável as projeções do comportamento da economia Brasileira e da Bahia. Para esse estudo foi aplicado o índice oficial de inflação do Brasil, o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, é por ele que se mede as metas inflacionárias, encontrado no Relatório de Inflação do Banco Central. E, o índice de crescimento obtido pelo PIB – Produto Interno Bruto, o qual representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país, ambos utilizados para o período de projeção desta peça Orçamentária.

VARIÁVEIS	2019	2020	2021
PIB (crescimento % anual)	2,10	2,00	2,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação.	4,30	4,20	4,20
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	285.200,00	299.400,00	305.417,94

Com base nos anos anteriores é estabelecida a base da arrecadação, utilizamos a média aritmética e sobre esta base aplicamos os fatores capazes de influenciar na arrecadação municipal.

Salientamos que não há metodologia específica para elaboração da projeção das receitas de convênios, pois estas não seguem uma regularidade seqüencial, depende do projeto e da vontade dos órgãos para sua efetivação. Seus valores não sofrem influências estatísticas. Em verdade, o convênio é uma realização de parceria com diversos órgãos federais e estaduais, e normalmente o município executa as ações com recursos externos. Tais valores serão inseridos na projeção de acordo com os instrumentos legais firmados pelas entidades com os respectivos órgãos concedentes.

## 2. Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal de Montante da Dívida Pública

O art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estabelece que o demonstrativo de metas anuais deverá ser instruído com a memória e metodologia de cálculo, visando esclarecer a forma de obtenção dos valores.

A partir desta determinação da lei, foram elaborados modelos de demonstrativos com a memória de cálculo e a metodologia utilizada para a obtenção dos valores relativos, a receitas, despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e montante da Dívida Pública.

Os modelos desenvolvidos incluem um exemplo prático da forma de elaboração e preenchimento dos valores encontrados.

### 2.1 Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as receitas

<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>			
<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	ARRECADAÇÃO		
	2019	2020	2021
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>48.506.800,00</b>	<b>49.429.498,86</b>	<b>50.418.088,84</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria</b>	<b>1.701.000,00</b>	<b>1.733.356,51</b>	<b>1.768.023,64</b>
Impostos	1.662.000,00	1.693.614,65	1.727.486,94
Taxas	39.000,00	39.741,86	40.536,70
Contribuição de Melhoria	-	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>170.600,00</b>	<b>173.845,16</b>	<b>177.322,07</b>
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-
<b>Receita de Serviços</b>	<b>819.100,00</b>	<b>834.680,96</b>	<b>851.374,58</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>45.806.100,00</b>	<b>46.677.426,01</b>	<b>47.610.974,53</b>
Participação na Receita da União (FPM, ITR, IPI)	19.609.000,00	19.982.003,41	20.381.643,48
Outras Transferências da União	5.438.200,00	5.541.645,72	5.652.478,64
Participação na Receita dos Estados	5.058.900,00	5.155.130,66	5.258.233,27
Transferências dos Municípios e de Suas Entidades	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	15.700.000,00	15.998.646,21	16.318.619,14
Convênios -Correntes	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.190,22</b>	<b>10.394,02</b>
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Receitas Diversas	10.000,00	10.190,22	10.394,02
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.144.700,00</b>	<b>911.719,03</b>	<b>929.953,41</b>
Operação de crédito	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-
Alienações de Bens	-	-	-
Convênios -Capital	1.144.700,00	911.719,03	929.953,41
<b>(-) DEDUÇÃO DA RECEITA</b>	<b>4.851.500,00</b>	<b>4.943.785,48</b>	<b>5.042.661,19</b>
<b>TOTAL</b>	<b>44.800.000,00</b>	<b>45.397.432,41</b>	<b>46.305.381,05</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA DE CÁLCULO**  
**2019**

**2.1.1 - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita:**

**Receita Tributária**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	1.599.400,00	0
2017	1.598.600,00	-0,05%
2018	1.501.300,00	-6,48%
2019	1.701.000,00	11,74%
2020	1.733.356,51	1,87%
2021	1.768.023,64	1,96%

**Cota - Parte do Fundo de Participação dos Municípios**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	19.954.200,00	0
2017	18.759.600,00	-6,37%
2018	20.476.900,00	8,39%
2019	19.593.400,00	-4,51%
2020	19.966.106,67	1,87%
2021	20.365.428,80	1,96%

**Transferências de Recursos do SUS**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	3.229.000,00	0
2017	3.856.200,00	16,26%
2018	3.270.900,00	-17,89%
2019	3.217.100,00	-1,67%
2020	3.278.295,84	1,87%
2021	3.343.861,76	1,96%

**Outras Receitas Correntes**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	-	0
2017	-	0%
2018	19.100,00	100,00%
2019	-	0%
2020	-	0%
2021	-	0%

**Receitas de Capital**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	2.002.800,00	0
2017	2.018.700,00	0,79%
2018	990.100,00	-103,89%
2019	1.144.700,00	13,51%
2020	911.719,03	-25,55%
2021	929.953,41	1,96%

**2.2 Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas**

<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>		
	2019	2020	2021
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>41.067.218,97</b>	<b>41.593.646,23</b>	<b>42.425.519,15</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.546.409,34	21.956.266,25	22.395.391,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.761,17	6.889,78	7.027,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.514.048,46	19.630.490,19	20.023.100,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.732.781,04</b>	<b>3.803.786,18</b>	<b>3.879.861,89</b>
INVESTIMENTOS	2.865.576,19	2.920.085,33	2.978.487,04
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-
AQUISIÇÃO DE TÍTULO DE CAPITAL	-	-	-
DEMAIS INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	633.155,65	645.199,55	658.103,54
RESERVA DE CONTINGENCIA	234.049,20	238.501,30	243.271,32
<b>TOTAL</b>	<b>44.800.000,00</b>	<b>45.397.432,41</b>	<b>46.305.381,05</b>

**Pessoal e Encargos Sociais**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	19.457.530,93	0
2017	18.812.836,60	-3,43%
2018	23.925.100,00	21,37%
2019	21.546.409,34	-11,04%
2020	21.956.266,25	1,87%
2021	22.395.391,58	1,96%

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA DE CÁLCULO**  
**2019**

**Juros e Encargos da Dívida**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	-	0
2017	3.787,56	100,00%
2018	9.100,00	58,38%
2019	6.761,17	-34,59%
2020	6.889,78	1,87%
2021	7.027,58	1,96%

**Reserva de Contingência**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	-	0
2017	-	0%
2018	440.000,00	100,00%
2019	234.049,20	-87,99%
2020	238.501,30	1,87%
2021	243.271,32	1,96%

**Investimentos**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	2.409.305,49	0%
2017	2.817.975,67	14,50%
2018	3.054.083,00	7,73%
2019	2.865.576,19	-6,58%
2020	2.920.085,33	1,87%
2021	2.978.487,04	1,96%

**Outras Despesas Correntes**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	22.629.448,29	0%
2017	22.578.963,14	-0,22%
2018	16.526.517,00	-36,62%
2019	19.514.048,46	15,31%
2020	19.630.490,19	0,59%
2021	20.023.100,00	1,96%

**Amortização da Dívida**

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	303.377,45	0%
2017	813.566,55	62,71%
2018	715.200,00	-13,75%
2019	645.199,55	-10,85%
2020	658.103,55	1,96%
2021	658.103,55	0,00%

**2.3 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma demonstração a respeito da memória de cálculo das metas de resultado primário, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios subsequentes.

<b>META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO</b>			
ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	43.655.300,00	44.485.713,38	45.375.427,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.701.000,00	1.733.356,51	1.768.023,64
Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	170.600,00	173.845,16	177.322,07
Aplicações Financeiras (II)	170.600,00	173.845,16	177.322,07
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Transferências Correntes	40.954.600,00	41.733.640,52	42.568.313,33
Demais Receitas Correntes	829.100,00	844.871,18	861.768,61
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)	<b>43.484.700,00</b>	<b>44.311.868,21</b>	<b>45.198.105,58</b>
RECEITA DE CAPITAL (IV)	1.144.700,00	911.719,03	929.953,41
Operações de Crédito (V)	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-
Alienação de Ativos	-	-	-
Transferência de Capital	1.144.700,00	911.719,03	929.953,41
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI)	<b>1.144.700,00</b>	<b>911.719,03</b>	<b>929.953,41</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)</b>	<b>44.629.400,00</b>	<b>45.223.587,24</b>	<b>46.128.058,99</b>
DESPESAS CORRENTES (X)	41.067.218,97	41.593.646,23	42.425.519,15
Pessoal e Encargos Sociais	21.546.409,34	21.956.266,25	22.395.391,58
Juros e Encargos da Dívida (XI)	6.761,17	6.889,78	7.027,58
Outras Despesas Correntes	19.514.048,46	19.630.490,19	20.023.100,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTE (XII) = (X-XI)	<b>41.060.457,80</b>	<b>41.586.756,45</b>	<b>42.418.491,58</b>
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	3.498.731,83	3.565.284,88	3.636.590,58
Investimentos	2.865.576,19	2.920.085,33	2.978.487,04
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	633.155,64	645.199,55	658.103,55
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	<b>2.865.576,19</b>	<b>2.920.085,33</b>	<b>2.978.487,04</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	234.049,20	238.501,30	243.271,32
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI)</b>	<b>44.160.083,19</b>	<b>44.745.343,07</b>	<b>45.640.249,93</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)</b>	<b>469.316,81</b>	<b>478.244,17</b>	<b>487.809,06</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA DE CÁLCULO**  
**2019**

**2.4 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal**

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma demonstração a respeito da memória de cálculo das metas de resultado nominal, para o exercício financeiro a que se refere a LDO.

<b>META FISCAL - RESULTADO NOMINAL</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2019 (b)</b>	<b>2020 (c)</b>	<b>2021 (d)</b>
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	<b>27.518.400,00</b>	<b>27.396.664,72</b>	<b>27.286.494,47</b>
DEDUÇÕES (II)	<b>1.687.700,00</b>	<b>1.719.887,69</b>	<b>1.754.285,44</b>
Disponibilidade de Caixa	<b>1.681.900,00</b>	<b>1.713.935,78</b>	<b>1.748.214,50</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.089.400,00	4.167.183,07	4.250.526,73
( - ) Restos a Pagar Processados	2.407.500,00	2.453.247,29	2.502.312,23
Haveres Financeiros	5.800,00	5.951,90	6.070,94
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I-II)	<b>25.830.700,00</b>	<b>25.676.777,03</b>	<b>25.532.209,03</b>
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	<b>25.830.700,00</b>	<b>25.676.777,03</b>	<b>25.532.209,03</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>(b-a*)</b>	<b>(c-b)</b>	<b>(d-c)</b>
<b>VALOR</b>	<b>(263.401,66)</b>	<b>(153.922,97)</b>	<b>(144.568,00)</b>

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício financeiro anterior ao exercício de 2019.

Nota: O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.

**2.5 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública**

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma explanação a respeito da memória de cálculo das metas anuais para o Montante da Dívida Pública, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois subsequentes.

<b>META FISCAL MONTANTE DA DÍVIDA</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	27.518.400,00	27.396.664,72	27.286.494,47
Dívida Mobiliária	-	-	-
Outras Dívidas	27.518.400,00	27.396.664,72	27.286.494,47
DEDUÇÕES (II)	<b>1.687.700,00</b>	<b>1.719.887,69</b>	<b>1.754.285,44</b>
Disponibilidade de Caixa	<b>1.681.900,00</b>	<b>1.713.935,78</b>	<b>1.748.214,50</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.089.400,00	4.167.183,07	4.250.526,73
( - ) Restos a Pagar Processados	2.407.500,00	2.453.247,29	2.502.312,23
Haveres Financeiros	5.800,00	5.951,90	6.070,94
<b>DCL (III) = (I-II)</b>	<b>25.830.700,00</b>	<b>25.676.777,03</b>	<b>25.532.209,03</b>





ESTADO DA BAHIA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ

Praça Isidro Viana, 38 – Centro – CEP 46.765-000 – Piatã-Ba.



## GABINETE DO PREFEITO

### LEI Nº 260, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018.

Altera anexos da Lei nº 255, de 05 de julho de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019 e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIATÃ**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** - Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais, os anexos I – Metas Anuais, II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores e IV – Metodologia de cálculo, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2019, estabelecidos pela Lei Municipal nº 255, de 05 de julho de 2018, passam a vigor de acordo com o que consta nos Anexos I, II, III e IV integrantes desta Lei, ficando alterada a apuração do resultado nominal abaixo da linha, conforme a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais.

**Art. 2º** - Os demais anexos e apensos integrantes da LDO 2019, permanecem inalterados nas suas íntegras.

**Art. 3º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de outubro de 2018.

**Edwilson Oliveira Marques**  
Prefeito Municipal

# ANEXO I

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	2019				2020				2021			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x100	% RCL (a/RCL) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x100	% RCL (b/RCL) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x100	% RCL (c/RCL) x100
Receita Total	44.800	42.953	0,016%	102,622%	45.397	43.568	0,015%	102,049%	46.305	44.439	0,0152%	102,049%
Receitas Primárias (I)	44.629	42.789	0,016%	102,231%	45.224	43.401	0,015%	101,659%	46.128	44.269	0,0151%	101,659%
Despesas Total	44.800	42.953	0,016%	102,622%	45.397	43.568	0,015%	102,049%	46.305	44.439	0,0152%	102,049%
Despesas Primárias (II)	44.160	42.339	0,015%	101,156%	44.745	42.942	0,015%	100,584%	45.640	43.801	0,0149%	100,584%
Resultado Primário (III) = (I - II)	469	450	0,000%	1,075%	478	459	0,000%	1,075%	488	468	0,000%	1,075%
Resultado Nominal	263	110	0,000%	0,603%	154	124	0,000%	0,346%	145	139	0,0%	0,3%
Dívida Pública Consolidada	27.518	26.384	0,0%	63,036%	27.397	26.292	0,009%	61,585%	27.286	26.187	0,0089%	60,1350%
Dívida Consolidada Líquida	25.831	24.766	0,0%	59,170%	25.677	24.642	0,009%	57,719%	25.532	24.503	0,0084%	56,2688%

FONTE:

Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexo II Natureza da Despesa - Consolidação, Anexo XIV Balanço Patrimonial, dos exercícios 2016 e 2017  
LOA 2018, IPCA e PIB - Estado.

As metas fiscais previstas para o período de 2019 a 2021 demonstradas no quadro acima tiveram seus cálculos desenvolvidos conforme a metodologia descrita no anexo de Metodologia e Memória de cálculo LDO.

Edwilson Oliveira Marques  
Prefeito Municipal

# ANEXO II

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2019

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor	%
							(c) = (b-a)	(c/a)*100
Receita Total	38.400	0,015%	100,867%	39.847	0,015%	104,855%	1.447	3,768%
Receitas Primárias (I)	38.091	0,015%	100,054%	39.657	0,015%	104,357%	1.567	4,114%
Despesas Total	38.400	0,015%	100,867%	41.154	0,016%	108,295%	2.754	7,172%
Despesas Primárias (II)	38.339	0,015%	100,706%	40.407	0,015%	106,330%	2.068	5,395%
Resultado Primário (III) = (I - II)	(248)	0,000%	-0,652%	(750)	0,000%	-1,973%	(501)	201,939%
Resultado Nominal	106	0,000%	0,278%	(5.061)	-0,002%	-13,318%	(5.167)	-4874,558%
Dívida Pública Consolidada	13.427	0,005%	35,269%	25.535	0,010%	67,193%	12.108	90,174%
Dívida Consolidada Líquida	13.427	0,005%	35,269%	24.045	0,009%	63,273%	10.618	79,078%

FONTE:

Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexo II Natureza da Despesa - Consolidação, Anexo XIV Balanço Patrimonial do exercício 2017  
LDO 2017 e PIB - Estado

Edwilson Oliveira Marques  
Prefeito Municipal

# ANEXO III

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2019**

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	42.352	43.253	2,13%	44.670	3,28%	44.800	0,29%	45.397	1,33%	46.305	2,00%
Receitas Primárias (I)	42.035	42.905	2,07%	44.420	3,53%	44.629	0,47%	45.224	1,33%	46.128	2,00%
Despesas Total	42.352	43.253	2,13%	44.670	3,28%	44.800	0,29%	45.397	1,33%	46.305	2,00%
Despesas Primárias (II)	41.919	43.184	3,02%	43.946	1,76%	44.160	0,49%	44.745	1,33%	45.640	2,00%
Resultado Primário (III) = (I - II)	116	(280)	-341,66%	474	-269,64%	469	-1,05%	478	1,90%	488	2,00%
Resultado Nominal	240	119	-50,23%	(10.970)	-9287,77%	263	-102,40%	154	-41,56%	145	-6,08%
Dívida Pública Consolidada	16.121	15.124	-6,18%	27.758	83,54%	27.518	-0,86%	27.397	-0,44%	27.286	-0,40%
Dívida Consolidada Líquida	15.744	15.124	-3,94%	26.094	72,54%	25.831	-1,01%	25.677	-0,60%	25.532	-0,56%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTE										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	37.600	38.400	2,13%	44.670	16,33%	42.953	-3,84%	43.568	1,43%	44.439	2,00%
Receitas Primárias (I)	37.318	38.091	2,07%	44.420	16,62%	42.789	-3,67%	43.401	1,43%	44.269	2,00%
Despesas Total	37.600	38.400	2,13%	44.670	16,33%	42.953	-3,84%	43.568	1,43%	44.439	2,00%
Despesas Primárias (II)	37.216	38.339	3,02%	43.946	14,62%	42.339	-3,65%	42.942	1,42%	43.801	2,00%
Resultado Primário (I - II)	103	(248)	-341,77%	474	-291,02%	450	-5,13%	459	2,00%	468	2,00%
Resultado Nominal	213	106	-50,23%	(11.448)	-10900,20%	110	-100,96%	124	13,12%	139	12,00%
Dívida Pública Consolidada	14.312	13.427	-6,18%	26.462	97,08%	26.384	-0,29%	26.292	-0,35%	26.187	-0,40%
Dívida Consolidada Líquida	13.977	13.427	-3,94%	24.875	85,26%	24.766	-0,44%	24.642	-0,50%	24.503	-0,56%

FONTE:

Anexo II Receita - Resumo Geral, Anexo II Natureza da Despesa - Consolidação, Anexos 14 - Balanço Patrimonial, dos exercícios 2015, 2016 e 2017 LOA 2018, IPCA e PIB-Estado

Os valores para o período de 2019 a 2021 demonstradas no quadro acima tiveram seus cálculos desenvolvidos conforme a metodologia descrita no anexo de Metodologia e Memória de cálculo LDO.

\_\_\_\_\_  
**Edwilson Oliveira Marques**  
 Prefeito Municipal

**Metodologia de Cálculo dos Valores Correntes**

INDICES DE IPCA					
2016	2017	2018	2019	2020	2021
6,29	2,95	4,90	4,30	4,20	4,20

\*Histórico de variação (%anual) do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA - divulgado pelo IBGE.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA DE CÁLCULO**  
**2019**

## 1. Memória e Metodologia de Cálculo da Previsão das Receitas.

Considerando que, para o planejamento governamental, o dimensionamento da disponibilidade de recursos com que se poderá contar para o desenvolvimento das ações é condição necessária para o sucesso da aplicação de recursos, a projeção das receitas é fundamental para determinar as despesas, uma vez que serão a base para a fixação dos gastos.

Buscando demonstrar a metodologia utilizada para elaboração da Previsão de Receitas para o exercício de 2019, 2020 e 2021, projeções essas que servirão como parâmetros para elaboração do Orçamento.

Conforme dispõe o Artigo 30 da Lei nº 4320/64 que intitui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, a estimativa da receita terá como base a arrecadação histórica dos três últimos exercícios, pelo menos, apuradas com base nos demonstrativos de receitas.

### 1.1 Metodologia de Cálculo utilizada

A metodologia utilizada na projeção de receitas orçamentárias foi baseada no modelo incremental de projeção utilizando a série histórica de arrecadação.

Este modelo, além de facilitar a compreensão, passo a passo, dos cálculos inerentes às previsões de receita e da simplicidade de utilização, busca traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação de uma determinada receita ao longo dos anos anteriores e projeta-se os valores para os anos seguintes.

No modelo incremental de projeção pela série histórica de arrecadação obtêm-se a previsão através da arrecadação anual dos últimos 03 (três) anos anteriores (base de cálculo), corrigida por parâmetros de atualização de valores, baseada na seguinte lógica: considera como base a arrecadação do período anterior, onde se aplica a Variação de Preços (índice de correção da receita por elevação ou queda de preços), a Variação de Quantidade (índice de crescimento ou decréscimo real do setor da economia) e o Efeito Legislação, se ocorrer (variação da receita decorrente de alterações na legislação vigente).

A referida metodologia matematicamente é traduzida pela seguinte fórmula:

$$Re = (Aa) * (1+EP) * (1+EQ) * (1+EL)$$

Onde:

<b>Re: Receita Estimada</b>
<b>Aa: Arrecadação do Período Anterior</b>
<b>(1+EP): Índice de Variação de Preços</b>
<b>(1+EQ): Crescimento da Economia</b>
<b>(1+EL): Efeito Legislação</b>

### 1.2 Formação do Banco de Dados dos Últimos três exercícios

Para aplicação da metodologia é elaborado banco de dados contendo as informações históricas dos últimos três exercícios de todas as receitas arrecadadas pela entidade, devidamente classificadas por rubricas conforme demonstrativos contábeis relativos às prestações de contas dos respectivos exercícios.

Desta, forma apresentamos abaixo as informações históricas de arrecadação:

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADAÇÃO		
	2015	2016	2017
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>38.522.739,03</b>	<b>42.546.790,62</b>	<b>41.957.037,82</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria</b>	<b>1.285.811,36</b>	<b>1.419.919,61</b>	<b>1.461.048,76</b>
Impostos	1.249.808,59	1.383.911,70	1.427.808,10
Taxas	36.002,77	36.007,91	33.240,66
Contribuição de Melhoria	-	-	-
<b>Contribuições</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>295.212,85</b>	<b>210.701,30</b>	<b>189.428,06</b>
<b>Receita Industrial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Receita de Serviços</b>	<b>753.875,33</b>	<b>828.727,28</b>	<b>652.593,25</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>36.105.938,17</b>	<b>40.020.793,42</b>	<b>39.582.642,29</b>
Participação na Receita da União	15.272.787,96	17.732.413,08	17.161.019,06
Outras Transferências da União	4.335.430,80	4.724.365,80	5.316.558,78
Participação na Receita dos Estados	4.328.105,54	4.083.326,59	4.254.679,34
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-
Transferências de Instituições Públicas	12.169.613,87	13.480.687,95	12.850.385,11
Convênios - Correntes	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>81.901,32</b>	<b>66.649,01</b>	<b>71.325,46</b>
Outras Receitas Correntes	67.692,79	-	-
Demais Receitas Correntes	14.208,53	66.649,01	71.325,46
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.108.761,57</b>	<b>1.778.029,76</b>	<b>1.845.043,67</b>
Operação de crédito	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-
Alienações de Bens	18.184,75	-	120.550,00
Convênios -Capital	1.090.576,82	1.778.029,76	1.724.493,67
<b>(-) DEDUÇÃO DA RECEITA</b>	<b>3.689.943,75</b>	<b>4.052.098,73</b>	<b>3.955.191,19</b>
<b>TOTAL</b>	<b>35.941.556,85</b>	<b>40.272.721,65</b>	<b>39.846.890,30</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA DE CÁLCULO**  
**2019**

### 1.3 Índices de Correção

Os índices utilizados buscam consolidar de forma confiável as projeções do comportamento da economia Brasileira e da Bahia. Para esse estudo foi aplicado o índice oficial de inflação do Brasil, o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, é por ele que se mede as metas inflacionárias, encontrado no Relatório de Inflação do Banco Central. E, o índice de crescimento obtido pelo PIB – Produto Interno Bruto, o qual representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país, ambos utilizados para o período de projeção desta peça Orçamentária.

VARIÁVEIS	2019	2020	2021
PIB (crescimento % anual)	2,10	2,00	2,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação.	4,30	4,20	4,20
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	285.200,00	299.400,00	305.417,94

Com base nos anos anteriores é estabelecida a base da arrecadação, utilizamos a média aritmética e sobre esta base aplicamos os fatores capazes de influenciar na arrecadação municipal.

Salientamos que não há metodologia específica para elaboração da projeção das receitas de convênios, pois estas não seguem uma regularidade seqüencial, depende do projeto e da vontade dos órgãos para sua efetivação. Seus valores não sofrem influências estatísticas. Em verdade, o convênio é uma realização de parceria com diversos órgãos federais e estaduais, e normalmente o município executa as ações com recursos externos. Tais valores serão inseridos na projeção de acordo com os instrumentos legais firmados pelas entidades com os respectivos órgãos concedentes.

## 2. Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal de Montante da Dívida Pública

O art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estabelece que o demonstrativo de metas anuais deverá ser instruído com a memória e metodologia de cálculo, visando esclarecer a forma de obtenção dos valores.

A partir desta determinação da lei, foram elaborados modelos de demonstrativos com a memória de cálculo e a metodologia utilizada

para a obtenção dos valores relativos, a receitas, despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e montante da Dívida Pública. Os modelos desenvolvidos incluem um exemplo prático da forma de elaboração e preenchimento dos valores encontrados.

### 2.1 Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as receitas

<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>			
<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>ARRECADAÇÃO</u>		
	2019	2020	2021
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>48.506.800,00</b>	<b>49.429.498,86</b>	<b>50.418.088,84</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria</b>	<b>1.701.000,00</b>	<b>1.733.356,51</b>	<b>1.768.023,64</b>
Impostos	1.662.000,00	1.693.614,65	1.727.486,94
Taxas	39.000,00	39.741,86	40.536,70
Contribuição de Melhoria	-	-	-
<b>Contribuições</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>170.600,00</b>	<b>173.845,16</b>	<b>177.322,07</b>
<b>Receita Industrial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Receita de Serviços</b>	<b>819.100,00</b>	<b>834.680,96</b>	<b>851.374,58</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>45.806.100,00</b>	<b>46.677.426,01</b>	<b>47.610.974,53</b>
Participação na Receita da União (FPM, ITR, IPI)	19.609.000,00	19.982.003,41	20.381.643,48
Outras Transferências da União	5.438.200,00	5.541.645,72	5.652.478,64
Participação na Receita dos Estados	5.058.900,00	5.155.130,66	5.258.233,27
Transferências dos Municípios e de Suas Entidades	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	15.700.000,00	15.998.646,21	16.318.619,14
Convênios -Correntes	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.190,22</b>	<b>10.394,02</b>
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Receitas Diversas	10.000,00	10.190,22	10.394,02
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.144.700,00</b>	<b>911.719,03</b>	<b>929.953,41</b>
Operação de crédito	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-
Alienações de Bens	-	-	-
Convênios -Capital	1.144.700,00	911.719,03	929.953,41
<b>(-) DEDUÇÃO DA RECEITA</b>	<b>4.851.500,00</b>	<b>4.943.785,48</b>	<b>5.042.661,19</b>
<b>TOTAL</b>	<b>44.800.000,00</b>	<b>45.397.432,41</b>	<b>46.305.381,05</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA DE CÁLCULO**  
**2019**

### 2.1.1 - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita:

#### Receita Tributária

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	1.599.400,00	0
2017	1.598.600,00	-0,05%
2018	1.501.300,00	-6,48%
2019	1.701.000,00	11,74%
2020	1.733.356,51	1,87%
2021	1.768.023,64	1,96%

#### Cota - Parte do Fundo de Participação dos Municípios

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	19.954.200,00	0
2017	18.759.600,00	-6,37%
2018	20.476.900,00	8,39%
2019	19.593.400,00	-4,51%
2020	19.966.106,67	1,87%
2021	20.365.428,80	1,96%

#### Transferências de Recursos do SUS

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	3.229.000,00	0
2017	3.856.200,00	16,26%
2018	3.270.900,00	-17,89%
2019	3.217.100,00	-1,67%
2020	3.278.295,84	1,87%
2021	3.343.861,76	1,96%

#### Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	-	0
2017	-	0%
2018	19.100,00	100,00%
2019	-	0%
2020	-	0%
2021	-	0%

#### Receitas de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	2.002.800,00	0
2017	2.018.700,00	0,79%
2018	990.100,00	-103,89%
2019	1.144.700,00	13,51%
2020	911.719,03	-25,55%
2021	929.953,41	1,96%

### 2.2 Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas

TOTAL DAS DESPESAS			
ESPECIFICAÇÃO	EXECUÇÃO		
	2019	2020	2021
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>41.067.218,97</b>	<b>41.593.646,23</b>	<b>42.425.519,15</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.546.409,34	21.956.266,25	22.395.391,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.761,17	6.889,78	7.027,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.514.048,46	19.630.490,19	20.023.100,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.732.781,04</b>	<b>3.803.786,18</b>	<b>3.879.861,89</b>
INVESTIMENTOS	2.865.576,19	2.920.085,33	2.978.487,04
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-
AQUISIÇÃO DE TÍTULO DE CAPITAL	-	-	-
DEMAIS INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	633.155,65	645.199,55	658.103,54
RESERVA DE CONTINGENCIA	234.049,20	238.501,30	243.271,32
<b>TOTAL</b>	<b>44.800.000,00</b>	<b>45.397.432,41</b>	<b>46.305.381,05</b>

#### Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2016	19.457.530,93	0
2017	18.812.836,60	-3,43%
2018	23.925.100,00	21,37%
2019	21.546.409,34	-11,04%
2020	21.956.266,25	1,87%
2021	22.395.391,58	1,96%

## ANEXO IV

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA DE CÁLCULO**  
**2019**

**Juros e Encargos da Dívida**

Metas Anuais	Valor Nominal	Varição %
2016	-	0
2017	3.787,56	100,00%
2018	9.100,00	58,38%
2019	6.761,17	-34,59%
2020	6.889,78	1,87%
2021	7.027,58	1,96%

**Reserva de Contingência**

Metas Anuais	Valor Nominal	Varição %
2016	-	0
2017	-	0%
2018	440.000,00	100,00%
2019	234.049,20	-87,99%
2020	238.501,30	1,87%
2021	243.271,32	1,96%

**Investimentos**

Metas Anuais	Valor Nominal	Varição %
2016	2.409.305,49	0%
2017	2.817.975,67	14,50%
2018	3.054.083,00	7,73%
2019	2.865.576,19	-6,58%
2020	2.920.085,33	1,87%
2021	2.978.487,04	1,96%

**Outras Despesas Correntes**

Metas Anuais	Valor Nominal	Varição %
2016	22.629.448,29	0%
2017	22.578.963,14	-0,22%
2018	16.526.517,00	-36,62%
2019	19.514.048,46	15,31%
2020	19.630.490,19	0,59%
2021	20.023.100,00	1,96%

**Amortização da Dívida**

Metas Anuais	Valor Nominal	Varição %
2016	303.377,45	0%
2017	813.566,55	62,71%
2018	715.200,00	-13,75%
2019	645.199,55	-10,85%
2020	658.103,55	1,96%
2021	658.103,55	0,00%

**2.3 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma demonstração a respeito da memória de cálculo das metas de resultado primário, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios subsequentes.

<b>META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO</b>			
ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	43.655.300,00	44.485.713,38	45.375.427,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.701.000,00	1.733.356,51	1.768.023,64
Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	170.600,00	173.845,16	177.322,07
Aplicações Financeiras (II)	170.600,00	173.845,16	177.322,07
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Transferências Correntes	40.954.600,00	41.733.640,52	42.568.313,33
Demais Receitas Correntes	829.100,00	844.871,18	861.768,61
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)</b>	<b>43.484.700,00</b>	<b>44.311.868,21</b>	<b>45.198.105,58</b>
RECEITA DE CAPITAL (IV)	1.144.700,00	911.719,03	929.953,41
Operações de Crédito (V)	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-
Alienação de Ativos	-	-	-
Transferência de Capital	1.144.700,00	911.719,03	929.953,41
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI)</b>	<b>1.144.700,00</b>	<b>911.719,03</b>	<b>929.953,41</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)</b>	<b>44.629.400,00</b>	<b>45.223.587,24</b>	<b>46.128.058,99</b>
DESPESAS CORRENTES (X)	41.067.218,97	41.593.646,23	42.425.519,15
Pessoal e Encargos Sociais	21.546.409,34	21.956.266,25	22.395.391,58
Juros e Encargos da Dívida (XI)	6.761,17	6.889,78	7.027,58
Outras Despesas Correntes	19.514.048,46	19.630.490,19	20.023.100,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTE (XII) = (X-XI)</b>	<b>41.060.457,80</b>	<b>41.586.756,45</b>	<b>42.418.491,58</b>
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	3.498.731,83	3.565.284,88	3.636.590,58
Investimentos	2.865.576,19	2.920.085,33	2.978.487,04
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	633.155,64	645.199,55	658.103,55
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)</b>	<b>2.865.576,19</b>	<b>2.920.085,33</b>	<b>2.978.487,04</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	234.049,20	238.501,30	243.271,32
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI)</b>	<b>44.160.083,19</b>	<b>44.745.343,07</b>	<b>45.640.249,93</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)</b>	<b>469.316,81</b>	<b>478.244,17</b>	<b>487.809,06</b>



## ANEXO IV

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIATÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**METODOLOGIA DE CÁLCULO**  
**2019**

### 2.4 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma demonstração a respeito da memória de cálculo das metas de resultado nominal, para o exercício financeiro a que se refere a LDO.

<b>META FISCAL - RESULTADO NOMINAL</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2019 (b)</b>	<b>2020 (c)</b>	<b>2021 (d)</b>
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	<b>27.518.400,00</b>	<b>27.396.664,72</b>	<b>27.286.494,47</b>
DEDUÇÕES (II)	<b>1.687.700,00</b>	<b>1.719.887,69</b>	<b>1.754.285,44</b>
Disponibilidade de Caixa	<b>1.681.900,00</b>	<b>1.713.935,78</b>	<b>1.748.214,50</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.089.400,00	4.167.183,07	4.250.526,73
( - ) Restos a Pagar Processados	2.407.500,00	2.453.247,29	2.502.312,23
Haveres Financeiros	5.800,00	5.951,90	6.070,94
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I-II)	<b>25.830.700,00</b>	<b>25.676.777,03</b>	<b>25.532.209,03</b>
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	<b>25.830.700,00</b>	<b>25.676.777,03</b>	<b>25.532.209,03</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>			
<b>VALOR</b>	<b>(a*-b)</b>	<b>(b-c)</b>	<b>(c-d)</b>
	263.401,66	153.922,97	144.568,00

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício financeiro anterior ao exercício de 2019.

Nota: O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.

### Pública

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma explanação a respeito da memória de cálculo das metas anuais para o Montante da Dívida Pública, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois subsequentes.

<b>META FISCAL MONTANTE DA DÍVIDA</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	27.518.400,00	27.396.664,72	27.286.494,47
Dívida Mobiliária	-	-	-
Outras Dívidas	27.518.400,00	27.396.664,72	27.286.494,47
DEDUÇÕES (II)	<b>1.687.700,00</b>	<b>1.719.887,69</b>	<b>1.754.285,44</b>
Disponibilidade de Caixa	<b>1.681.900,00</b>	<b>1.713.935,78</b>	<b>1.748.214,50</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.089.400,00	4.167.183,07	4.250.526,73
( - ) Restos a Pagar Processados	2.407.500,00	2.453.247,29	2.502.312,23
Haveres Financeiros	5.800,00	5.951,90	6.070,94
<b>DCL (III) = (I-II)</b>	<b>25.830.700,00</b>	<b>25.676.777,03</b>	<b>25.532.209,03</b>